

## AUTONOMIA INTELECTUAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA

Para uma crítica do presente, *de Irene Cardoso. São Paulo: Editora 34, 2001, 286 pp.*

**Carlos Benedito Martins**

Este livro, originariamente tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia da USP em 1998, representa uma relevante contribuição para os que se interessam pela questão da universidade como espaço da produção do saber e suas intrincadas relações com os campos político, cultural e econômico. Apesar de escritos com algum intervalo de tempo e de explorarem uma grande diversidade temática entre si (história, memória, modernização da universidade brasileira, o Maio de 1968, o regime militar, modalidades de constituição da subjetividade na cultura contemporânea), os ensaios que o compõem guardam uma unidade

narrativa e analítica. A fim de refletir sobre determinadas situações da história recente da sociedade brasileira e aspectos da cultura contemporânea, a autora procura fazer da reconstrução histórica um modo de trabalhar o fluxo temporal em que o presente se põe como lugar e objeto de uma problematização. E ao incorporar concepções teóricas clássicas e contemporâneas de diversas áreas do conhecimento — sociologia, história, filosofia, psicanálise — logra romper com os limites impostos pelos campos disciplinares, ampliando assim sua perspectiva interpretativa.

Nos ensaios que abordam eventos passados, utilizando-se para tanto de documentos históricos, narrativas memorialísticas, romances, depoimentos etc, a reflexão sobre o processo de reconstrução histórica assume centralidade, confrontando-se com os desafios colocados às postulações de acesso a um passado ainda recente a partir do presente como *locus* de interpelações a esse passado. A essa reflexão soma-se a questão da relação da memória com

o esquecimento e a história. Ao se distanciar da visão totalizante de processo histórico, a perspectiva adotada por Irene Cardoso busca destacar o conceito de "acontecimento" a fim de captar a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção, que tende a interromper a linha homogênea do tempo.

Ao revolver lembranças e abordar o esquecimento sob o olhar do presente, a autora discute o fenômeno da intensificação do presente como traço constitutivo da cultura contemporânea. Para ela, a experimentação do presente como uma temporalidade sem história, reduzida a um eterno presente unidimensional, conduz a uma perda de sentido da história e da memória por parte dos atores sociais. O reconhecimento dessa forte tendência a um "presenteísmo", à exacerbada adesão dos agentes sociais ao existente, a leva a refletir sobre a constituição das subjetividades que vivenciam a cultura contemporânea no registro das "estratégias de sobrevivência" investigadas por Christopher Lasch<sup>1</sup>.

A prevalência do "imediatamente presente e do existente" engendra a predominância de uma linguagem prático-comunicativa em várias modalidades discursivas, entre as quais o próprio discurso científico, que tendem a excluir a história e a memória. A autora destaca nesse contexto o recuo cultural da demanda da psicanálise e a emergência da explicação biológica dos fenômenos psíquicos em meio a um discurso que aponta a ineficácia funcional da psicanálise para a produção do bem-estar dos indivíduos, haja vista o seu longo tempo de elaboração na compreensão dos processos psíquicos, incompatível com as exigências sociais da vida imediata. Em contraposição à psicanálise e sua longa narração, a "psicoterapia breve" vem ganhando espaço como coadjuvante nos processos terapêuticos por medicamentos. Esse discurso e sua prática, em nome de uma vida "mais prazerosa", vêm-se colocando como alternativa aparentemente eficaz ao "mal-estar", fazendo das drogas farmacêuticas um dos principais veículos de apaziguamento psíquico na cultura contemporânea. Para Irene Cardoso, esse deslocamento cultural em direção ao discurso da explicação neurológica da psique significa o estreitamento da possibilidade de que as subjetividades narrem sua própria história, com

implicações extremamente inquietantes tanto do ponto de vista individual quanto cultural.

Os ensaios consagrados à universidade mantêm alguma continuidade com um trabalho anterior da autora, que trata das relações entre campo intelectual e campo político ao analisar com minúcia o processo de criação da USP como um amplo projeto político e ideológico conduzido pelo grupo do *Estado de S. Paulo*<sup>2</sup>. Eles fornecem elementos valiosos para traçar a trajetória de questões que ainda hoje são objeto de intenso debate na universidade brasileira — poder acadêmico, autonomia e avaliação da universidade, as injunções políticas, sociais e econômicas que procuram circunscrever a autonomia do saber produzido pela instituição —, desvelando as lutas e estratégias desenvolvidas por atores ou grupos sociais para erigir suas tomadas de posição e construções cognitivas particulares como verdades fundantes do campo acadêmico.

Ao delinear o debate sobre a questão do poder acadêmico em meados da década de 1980, a autora assinala o acentuado registro ideológico dos posicionamentos então assumidos, alguns dos quais continham referências explícitas aos fantasmas de 1968. O confronto da academia com o regime militar teria produzido entre as esquerdas universitárias uma grande unanimidade em tomo de questões pertinentes à defesa da instituição, tais como repúdio às cassações e prisões, denúncia da ingerência dos órgãos de segurança na vida acadêmica, crítica ao abandono do ensino público pelo regime militar, privatização do ensino superior. Tal confronto teria se manifestado em torno da concentração dos órgãos centrais da universidade e da hipertrofia do aparelho burocrático universitário nas mãos do regime militar. Tratava-se então de defender a descentralização dos poderes de decisão, que deveriam estar mais próximos daqueles que são os atores centrais da vida universitária, ou seja, professores e alunos. Constituiu-se dessa forma um conjunto de discursos que foi sendo paulatinamente assumido pelas associações de docentes criadas a partir do final da década de 1970. Concomitantemente, passou a se intensificar um discurso dissonante e então considerado "de direita", que, mantendo grande coerência desde 1968, criticava o "populismo" e a "subversão da hierarquia universitária" e apontava

(1) Lasch, Christopher. *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

(2) Cardoso, Irene. *O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.

semelhanças entre as associações docentes e os movimentos universitários dos anos 1960.

A publicação em 1986 do Relatório Geres (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior) veio matizar o teor ideológico do contencioso "direita/esquerda", desencadeando um amplo debate em torno de oposições como "orientação acadêmica/sindical", "universidade alinhada/científica", "setor docente qualificado/grande massa de docentes". Nesse contexto, argumenta a autora, a novidade terá sido a constituição de um grupo de docentes autodefinido como detentor do poder acadêmico legítimo, identificado com o teor geral do Relatório Geres e articulado com segmentos de diversas sociedades científicas nacionais, que se empenhava na defesa da "competência acadêmica" na universidade brasileira, em oposição ao segmento dos assim chamados "sindicalistas participacionistas". Esse posicionamento pressupunha também a despolitização de entidades científicas como a SBPC, que, uma vez cumprida a etapa de resistência ao regime militar, deveriam voltar-se para temas específicos de política científica e tecnológica.

Na busca de legitimação, o discurso desse grupo acabava por desqualificar seus opositores, lançando mão até mesmo de epítetos como "baixo clero" e "esquerda radical". No entendimento da autora, pouco contribuiu para o avanço do debate essa postura baseada na desqualificação do outro como procedimento para a formulação de um discurso autoconstruído como capaz de postular a definição da qualidade acadêmica por oposição à politização da universidade. Esse discurso não se deu conta dos usos políticos do próprio saber e tendeu a reproduzir o que a própria direita, num momento anterior, se empenhava em afirmar, embora não se fizesse acreditar no meio acadêmico nacional.

Apoiando-se numa análise weberiana sobre o processo de racionalização da cultura, no qual a instituição universitária passa a ser comandada por uma lógica de mercado, pelo cálculo racional e pela técnica, a autora considera que a proposta formulada pelo Geres, estruturada no binômio planejamento/avaliação, concebia a universidade como uma instituição assemelhada a qualquer outra, pública ou privada, a ser inserida na lógica do planejamento econômico. Como instrumento de mensuração da rentabilidade e produtividade das organizações, a avaliação guarda apenas uma aparência de neutralidade técnica, uma vez que, ao encontrar-se subor-

dinada ao processo de planificação da sociedade inclusiva, expressa projetos de desenvolvimento particulares. Ressalta a autora que já no contexto do regime militar se propunha um conjunto de alterações estruturais para as universidades brasileiras com base numa concepção da educação como "instrumento de aceleração do desenvolvimento". Tal concepção hoje se configura nos discursos que propõem uma cooperação entre universidades e empresas a tal ponto que a transferência de conhecimento para o setor produtivo e a incorporação de inovações tecnológicas já são postas à universidade como exigência, e não mais como opção.

Ao registrar a elaboração de formulações que postulam, diferentemente da anterior, o engajamento da universidade nas lutas populares e nos movimentos sociais, a autora argumenta que essas duas posições paradigmáticas tendem a expressar uma problemática comum, qual seja, a definição desejável do modo de ser da universidade e de suas finalidades possíveis em face da tensão constante que permeia a sua relação com o contexto social, a qual deriva da circunstância de ela se definir fundamentalmente pela vontade de saber. Nessa dimensão, o que a conduz a recusar de forma tensa o cerceio de seu movimento em busca de "saber cada vez mais" são os limites impostos seja pelos interesses dos diversos grupos sociais, seja pelo Estado ou pelo mercado.

Ao explorar a diversidade de expectativas sociais e posicionamentos dos diferentes atores e grupos e sociais em relação à universidade brasileira, Irene Cardoso recupera também o discurso de Álvaro Vieira Pinto, ligado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), sobre a necessidade de se abandonar a reivindicação da autonomia universitária, uma vez que tal princípio, segundo ele, além de constituir uma ficção jurídica, era nocivo aos interesses do "povo". Assim, o que se deveria fazer era justamente o contrário, ou seja, reduzir a autonomia acadêmica e administrativa da universidade com o propósito de torná-la mais dependente das forças sociais progressistas, das "massas", do "povo". O discurso de Vieira Pinto encontrou especial ressonância no movimento estudantil no início dos anos 1960, quando algumas de suas posições foram incorporadas em documentos programáticos como a "Carta do Paraná", produzida pela UNE em 1962, em que se propunha, entre outras recomendações, a criação de uma "intelectualidade revolucionária".

Ao enfocar o cenário político e cultural que marcou o ano de 1968, o livro se detém nos agudos acontecimentos que envolveram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Se a FFCL é apreendida em certos momentos como um microcosmo intelectual, político e existencial, a análise procede a uma meticulosa inserção da instituição no contexto político mais amplo dos anos 1960, a contrapelo das muitas reconstruções que vêem na "guerra da Maria Antonia" um mero conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia.

Assim, a autora retoma o cenário de potencial conflito entre o regime militar e o movimento estudantil, que vinha recrudescendo suas críticas ao arbítrio estabelecido em 1964, bem como intensificando a mobilização pela luta em prol da reforma universitária. Em meados de 1968, quando o movimento organizaria no Rio de Janeiro a Passeata dos Cem Mil, acompanhada por manifestações em outros estados, o endurecimento repressivo já se fazia bastante visível mediante a proibição das passeatas estudantis, a ocupação das instalações da Universidade de Brasília e a invasão do Congresso da UNE em Ibiúna, com a prisão de lideranças estudantis. Nessa escalada da repressão teve papel muito importante o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que, além de investidas à Maria Antonia, perpetrou vários atentados contra espetáculos teatrais críticos do regime. Esse cerco político culminaria em dezembro de 1968 com a edição do AI-5, e logo em seguida o aparelho repressivo ganharia autonomia por meio da Operação Bandeirante (Oban), financiada por empresários e integrada por agentes de grupos paramilitares.

Portanto, longe de ter sido um mero incidente, a "guerra da Maria Antonia" inseriu-se na lógica de repressão política: produto de um ataque planejado e organizado por participantes do CCC, contou ainda com a conivência de pessoas que ocupavam posições de comando no interior da própria USP e com a cumplicidade de autoridades dos poderes estadual e federal. Dessa maneira, a análise de Irene Cardoso torna evidente que houve um sentido político de destruição física e simbólica da FFCL, na medida em que a instituição era marcada por um inconformismo com o seu tempo histórico — tanto no plano da criação de um pensamento crítico quanto no da organização de lutas políticas relevantes, como as campanhas pela escola pública e pela reforma uni-

versitária —, constituindo-se assim como importante núcleo não só de referência intelectual como de resistência ao regime, com ressonâncias em muitas partes do país — a Maria Antonia era por excelência "uma rua na contramão"<sup>3</sup>.

Além da depredação e interdição do edifício que abrigava a Faculdade e sua transferência posterior para a Cidade Universitária, o movimento de repressão que se abateu sobre a instituição teve como desdobramento a cassação de vários de seus professores, como uma forma brutal de neutralizar sua atuação e, acima de tudo, silenciá-la. Com a aprovação da reforma da USP em 1969, na esteira da reforma do ensino superior empreendida pelo governo federal no ano anterior, ocorreu a dissolução daquela faculdade caracterizada por um estilo inovador na forma de organizar as atividades de ensino e pesquisa, bastante diverso daquele historicamente adotado nas escolas profissionais do país. A FFCL deu lugar à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que já não mais representava a totalidade da área de Humanidades da USP, embora congregasse parte significativa delas. Para a autora, a dissolução da FFCL representou o início de um processo de modernização da universidade mediante o qual a atividade intelectual tendeu a se subordinar cada vez mais à realidade institucional.

Irene Cardoso afirma que o 1968 é marcado pela "inaturalidade", ou seja, pela "faculdade de exceder os limites de sua época", já que concentra e condensa numa unidade de tempo uma pluralidade de significações e ressignificações temporais. Embora o 1968 assumisse conotações específicas na sociedade brasileira, ganhavam ressonância no país acontecimentos coetâneos em várias partes do mundo: o movimento dos estudantes na Europa, sobretudo na França; as revoltas estudantis e dos negros nos Estados Unidos; a emergência da contracultura; a Primavera de Praga etc. Assistiu-se a uma efervescência no âmbito cultural, com a emergência do tropicalismo e dos grupos teatrais Arena e Oficina, bem como causaram impacto as mudanças de comportamento e sexualidade no meio estudantil urbano. O ano de 1968 marca também o dilaceramento de várias identidades coletivas construídas a propósito da sociedade, da cultura e da política brasileiras: o projeto nacional-desenvolvimentista; a idéia da

(3) Santos, Maria Cecília L. dos. *Maria Antonia, uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

unidade da esquerda em torno do PCB; o ideário, formulado pelo Iseb, de formação de uma consciência nacional; o projeto de cultura nacional-popular do Centro Popular de Cultura (CPC) etc. Foi ainda um período de experiências-limite do ponto de vista existencial, notadamente aquelas dos que optaram pela luta armada e foram levados à clandestinidade, a vivenciar as prisões e a tortura, a desaparecer ou a morrer (e aqui não se pode deixar de registrar a sensível leitura de Cardoso acerca do livro de Luís Roberto Salinas, que relata sua dolorosa experiência nos anos da ditadura militar<sup>4</sup>).

O esquecimento e a memória constituem a problemática central da interpretação de Irene Cardoso sobre os modos de aproximação aos acontecimentos de 1968. Para ela, a memória daqueles eventos tende a ser construída ou segundo uma perspectiva de preservação nostálgica de um mito identitário, de refúgio num passado idealizado de forma intacta, ou conforme uma sensibilidade marcadamente voltada para o presente, que acaba por produzir a negação ou invisibilidade do próprio passado. Ambas as visões contribuiriam, no seu entender, para negar o caráter "chocante" e "inaudito" de fatos como a depredação, o incêndio e a interdição definitiva do edifício da Faculdade de Filosofia: a primeira, por fazer do passado a extensão homogênea de uma temporalidade que dissolve as dimensões do presente, e a segunda, por operar uma ruptura com aquele passado. Seja como fixação no passado ou no presente, tais posições não conseguem se confrontar criticamente com aquela herança nem estabelecer as possíveis implicações da experiência do passado no presente. Trata-se então, na perspectiva da autora, de resgatar a perplexidade do pensamento em face do "inaudito", do "chocante", a partir de uma percepção instável do tempo, que ao não se fixar nem no passado nem no presente permita um contínuo ir e vir entre um e outro momento. Esse constante deslocamento constrói uma tensão temporal que possibilita uma condição de crítica dos acontecimentos situados em ambas as dimensões temporais.

Para Irene Cardoso, a dificuldade da interpretação do 1968 passa por três registros principais: o de um passado que não se torna passado, o da interdição mesma do passado e o do esquecimento como

método de sobrevivência social e individual. A complexidade dos acontecimentos de 1968 passa por sentidos contraditórios e ambíguos que dificultam uma reconstrução identitária unívoca, uma vez que sua ocorrência se deu em várias partes do mundo, conferindo-lhe uma dimensão internacional, e ao mesmo tempo assumiu singularidades históricas em cada país. Tratou-se ainda de um fenômeno de efêmera duração, cuja brusca irrupção foi seguida de sua recusa num igualmente rápido processo de normalização da sociedade. Mas a surpresa cultural e política que foi capaz de causar, sua incongruência em relação às teorias sociais, seu caráter de resistência, sua crítica à unidimensionalidade da sociedade contemporânea, seu caráter de contestação do poder burocrático, sua dimensão mais existencialista, libertária ou anarquista que propriamente político-partidária — todos esses aspectos tendem a estabelecer os acontecimentos de 1968 como um dos fenômenos cruciais do mundo contemporâneo.

Nos ensaios finais do livro a autora indaga sobre o lugar e as possibilidades da intervenção crítica do intelectual na esfera pública contemporânea, partindo das reflexões de Beatriz Sarlo a propósito da experiência dos intelectuais argentinos, que permitem certa analogia com a situação brasileira. O lugar da crítica de Sarlo é construído tanto por uma concepção de tensão na relação entre presente e passado quanto por uma postura de distanciamento ante a percepção imediata, num terreno que, necessariamente instável e sem garantia, por isso mesmo oferece a condição para uma possível autonomia do pensamento crítico. Assim, a posição do intelectual contemporâneo como herdeiro de uma história não deve ser nem de recusa nem de aceitação passiva dessa herança: não se trata de substituir o "novo conformismo" pelo "inconformismo revolucionário dos anos 1960 e 70", mas, nas palavras de Sarlo, de "repensar as relações entre cultura, ideologia e política como relações regidas por uma tensão impossível de eliminar", de tal forma que "o intelectual seria então o sujeito atravessado por essa tensão e não subordinado às legalidades de uma ou outra instância, pronto a sacrificar em uma delas o que defenderia na outra"<sup>5</sup>.

A questão do lugar do intelectual deve ser então pensada em face das profundas transformações

(4) Salinas, Luís Roberto. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

(5) Sarlo, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 153.

ocorridas na cultura e na política contemporâneas, notadamente aquelas produzidas pela interveniência da mídia, que produz o simulacro da participação e dá lugar aos "intelectuais eletrônicos", os quais, muito próximos do terreno do senso comum, ao mesmo tempo o interpretam e o constroem numa "linguagem" cuja simplicidade é a "máxima virtude argumentativa". Em meio à hegemonia da mídia nas esferas da cultura e da política, a possibilidade da prática intelectual crítica pressupõe uma relação tensa, em que o pensamento crítico passa a resistir à expansão colonizadora dos interesses imediatos, sem considerar uma virtude afastar-se das questões públicas. Ao fim e ao cabo, autonomia e crítica são ingredientes fundamentais na constituição dos intelectuais como interlocutores significativos na esfera pública — o que não esgota porém a complexa questão das condições para que um pensamento crítico e autônomo possa atingir uma sociedade marcada pela exaltação do presente e nela suscitar um autoquestionamento.

Como breve referência conclusiva, gostaria de lembrar que essa questão discutida nas páginas finais de *Para uma crítica do presente* mereceu uma reflexão específica da parte de Pierre Bourdieu em seu *Les règles d'art*<sup>6</sup>. Ali, também nas páginas finais, ele conclamava os intelectuais a desempenhar um papel de contrapoder em face das crescentes ame-

aças à autonomia da atividade intelectual resultantes do processo de interpenetração entre o âmbito da produção cultural e o mundo dos negócios, que tenderia a excluir os intelectuais do debate público. Num tempo em que cientistas, artistas e produtores culturais são cada vez mais constrangidos a se adaptar às exigências do mercado e dos financiadores de suas atividades, somente por meio da ampliação de sua autonomia — vale dizer, do exercício da liberdade de crítica frente aos poderes — podem imprimir maior eficácia a uma ação política cujos fins e meios encontrem seu princípio na lógica específica dos campos da produção cultural.

Uma das maiores contribuições destes ensaios de Irene Cardoso consiste justamente numa intransigente defesa da autonomia do campo intelectual diante das injunções dos interesses e demandas originados do aparelho estatal, do campo econômico e dos diversos grupos sociais. Longe de postular a elaboração de um pensamento indiferente às questões públicas da época contemporânea, a autora procura ressaltar que uma atitude de distanciamento intelectual ante as pressões da facticidade, de desfamiliarização em relação ao imediatamente presente, constitui condição fundamental para sua problematização analítica, numa incessante interlocução com a história e a memória.

(6) Bourdieu, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992, pp. 460-471.

Carlos B. Martins é professor do Departamento de Sociologia da UnB. Publicou nesta revista "Sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu", nº 62.